

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil

Class.: APER 0039

Data 22/12/89

Pg.: _____

A questão da Amazônia e algumas soluções possíveis

Luiz Pinguelli Rosa

Apesar de ter estado por várias vezes na Região Norte em seminários, conferências e reuniões a convite de universidades, da SBPC e de outras entidades, tive agora uma experiência diferente ao vivenciar as questões da Amazônia como convidado a integrar a equipe de cientistas e técnicos que acompanhou lá um dos candidatos à Presidência da República, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. A viagem teve como objetivo o lançamento do seu Programa Amazônico e mobilizou um grupo de estudiosos e profissionais de diversas áreas do conhecimento científico e tecnológico. Antecedendo a chegada do candidato e do seu "staff" político, alguns pesquisadores deslocaram-se de várias partes do País para se encontrar com colegas da região. A primeira reunião foi feita no campus da Universidade Federal do Pará. Houve então um seminário com professores e membros desta e da Universidade Federal do Amazonas, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, do Museu Goeldi e de outras instituições e organizações regionais. Discutiram-se os graves problemas enfrentados para o desenvolvimento da Amazônia, os grandes projetos de ocupação, de agropecuária, de mineração, de energia. Analisaram-se os erros cometidos, a inviabilidade técnica e econômica de algumas iniciativas estimuladas por subsídios do governo federal, os impactos ambientais-físicos e sociais e suas repercussões regional, nacional e internacional. Foram ouvidas as reivindicações sociais canalizadas através de entidades civis, representativas das populações locais, dos povos indígenas, das comunidades extrativistas e ribeirinhas, bem como da sociedade urbana da região.



De Belém um grupo seguiu por via terrestre — fluvial e rodoviária — para Carajás, para o encontro com o candidato e sua comitiva. Partindo em uma embarcação rio acima, chegou-se a um pequenino porto próximo, onde dois ônibus fretados esperavam o grupo. Já aí começaram os percalços e imprevistos típicos do dia dos que coabitam com a floresta e os grandes rios que caracterizam a região. O tempo na Amazônia escapa do controle humano, estabelecido nos primórdios da civilização técnica consolidada a partir da revolução científica no século XVII. Na Amazônia o tempo não é controlado pelo ritmo periódico inexorável dos relógios, mas sim pelo ritmo variado da natureza. O atraso em uma viagem tem de ser encarado com naturalidade, imposto pela onipresença da floresta e dos rios e igarapés cortando os caminhos — sem pontes ou com pinguelas de madeira precárias e arriscadas. Assim, já a partida dos ônibus atrasou-se na conexão do transporte aquático com o rodoviário. O atraso foi ainda maior quando, depois, a balsa em que os veículos atravessavam um rio encaixou, levando duas horas e meia para o rebocador, quase impotente, soltá-la. Além disso, por algumas vezes as pontes eram tão ruins e perigosas que os ônibus paravam para se examinar sua situação quanto à segurança.

Ao longo da estrada se vêem enormes extensões de terra desmatada e quase abandonada, com alguma plantação ou poucas cabeças de gado cá ou acolá. Nas proximidades de Marabá a paisagem é deplorável neste aspecto.

Em Carajás o grupo de cientistas e técnicos juntou-se ao candidato, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, e à sua comitiva para visitar as instalações de exploração mineral, especialmente do ferro, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O símbolo retórico da Belândia para descrever o Brasil, como a superposição da Bélgica com a Índia, parece sob medida para o caso. Ao sair de Paraopebas e atravessar os portões que dão acesso à área da CVRD, em Carajás, passa-se da Índia para Bélgica. Fora, uma pobreza chocante; a malária, a violência do garimpo, os barracões, a falta de infra-estrutura mínima, de saneamento, de água potável. Dentro, ruas pavimentadas, gramados, casas confortáveis, a Bélgica.

Após percorrer a imponente mina de ferro, em uma reunião no teatro da CVRD é lançado o Programa Amazônico, cujas linhas gerais são as de desenvolver a região, estimulando os investimentos públicos e privados de maneira mais racional, menos

predatória da floresta, mais harmônica com as peculiaridades regionais, menos impactante para as populações locais atingidas pelas grandes obras. Não se trata de fazer da Amazônia um santuário ecológico ou um museu exclusivo para o turismo mundial, mas sim de usar suas riquezas naturais em benefício, prioritariamente, da população que lá vive e do País. A exportação do ferro e dos outros minerais deve ser feita em condições favoráveis ao Brasil e não a preços aviltados, sem agregar um maior valor pelo beneficiamento do produto, nem sob forma de contrabando veladamente tolerado por autoridades.

Removidas as distorções e enquadrados nos princípios gerais aqui postulados, os investimentos na Amazônia serão estimulados e a cooperação internacional será bem-vinda. Os impactos do desmatamento têm repercutido muito negativamente fora do País. As queimadas, feitas para expandir a fronteira agrícola, e a queima da lenha e do carvão vegetal oriundos da floresta para a produção de gusa ao longo da ferrovia de Carajás preocupam europeus e norte-americanos. Um dos fatores que contribuem para isso é o aumento de gás carbônico (CO²) na atmosfera. É inegável que o Brasil, pela queima de floresta Amazônica, desempenha um papel não negligenciável para o chamado efeito estufa, embora a maior contribuição venha dos combustíveis fósseis usados nos países desenvolvidos. Além disso, há o problema ético e cultural-antropológico das relações com os povos indígenas. Financiamentos externos de agências como o Banco Mundial têm sido condicionados ao equacionamento dessas questões. É fundamental chamar à discussão entidades e cientistas de todo o mundo para discutir um projeto viável e auto-sustentado para a Amazônia, resguardada a soberania brasileira sobre o seu território.

Após a manifestação do candidato em Carajás, equipes de cientistas e técnicas se formaram para percorrer áreas e tratar de problemas específicos conforme suas especialidades. Coube-me ir a Tucuruí para abordar a questão da utilização da energia hidrelétrica da Amazônia e dos seus impactos. Um deles é o aparecimento de insetos, à beira do lago artificial formado pela barragem, que atacam os camponeses e seus animais. A equipe que foi a Tucuruí, além de mim, como incumbido dos estudos energéticos, e de membros de entidades locais, era constituída do médico e militante ecologista, Luis Cheida, e do entomólogo do Museu Goeldi, Inocêncio de Souza Guaraiebe.

O contraste entre a cidade de Tucuruí e a área da Eletro Norte, onde fica a central hidrelétrica, lembra de novo a Belândia. O absurdo não é o conforto da residência dos que trabalham na usina, embora se deva criticar a estratificação entre as residências e áreas de lazer (clubes) de operários e as de engenheiros e administradores, bem como a separação da cidade de Tucuruí. O absurdo é a pobreza em torno da usina, que fornece energia elétrica a preço abaixo do custo para projetos transnacionais de produção de alumínio para exportação, sem uma inserção regional para alcançar o desenvolvimento local.

As hidrelétricas planejadas até o ano 2010 ocupam um pequeno percentual da área amazônica, muitíssimo menor do que a do desmatamento. Entretanto afetam terras indígenas e populações ribeirinhas. A hidrelétrica de Balbina inundou enorme área, com desnecessário impacto ecológico, para gerar pouca energia.

Futuras obras de hidrelétricas na Amazônia, onde está a grande parte do potencial hidrelétrico brasileiro não utilizado, serão submetidas a cuidadosa discussão antes de se decidir fazê-las. Cararaé ou Belo Monte, a próxima grande hidrelétrica cuja obra se iniciaria no começo da década de 90, pode ser retardada para permitir um debate sobre seus impactos antes de seu início. Isto é tecnicamente possível, porque o mercado real está abaixo da demanda projetada pelo Plano 2010 da Eletrobrás, cuja revisão se faz necessária para reajustar o cronograma das obras. Entretanto, será preciso executar essas obras em um quadro democrático de decisões para viabilizar o desenvolvimento do País e para atender às prioridades sociais.

Luiz Pinguelli Rosa é presidente do SBPC e diretor do COPPE/UF RJ.